

Acerca da modernização do Exército

Manuel Domingos*

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

A consolidação do processo democrático, a vontade coletiva de oferecer perspectiva promissora ao Brasil e as mudanças na cena internacional colocam a reforma do sistema de defesa na ordem do dia. O assunto é complexo, requer amplo debate e amadurecimento; não dispensa avaliação de experiências e revisão de concepções enraizadas no meio militar e na sociedade. Na tentativa de contribuir com o debate, reflito sobre a modernização do Exército brasileiro.

Apresento inicialmente as características do aparelho militar moderno; em seguida, descrevo a grande transformação experimentada pelo Exército brasileiro no século XX e assinalo suas conseqüências mais significativas. Concluo dissertando sobre o maior desafio à concepção de um sistema de defesa que corresponda aos anseios de desenvolvimento e de democracia: a participação da sociedade civil.

Este texto reúne elementos de um trabalho mais amplo sobre a maior e mais influente corporação militar brasileira.**

** Agradeço a leitura crítica que João Roberto Martins, Celso Castro e Roberto Amaral fizeram deste texto. Erros e opiniões aqui expressos são de minha exclusiva responsabilidade.

○ exército moderno

O exército moderno é forjado basicamente na Europa ocidental ao longo do século XIX como instrumento indispensável à crescente disputa por mercados. O surgimento de novas armas, novos meios de locomoção e comunicação impõe ao Estado mudanças na organização e no funcionamento de suas forças armadas.

O exército moderno preserva sobrevivências do passado, a guerra desperta instintos primitivos e práticas imemoriais do comportamento de combatentes são pouco alteradas com o tempo. Textos antigos como os de Sun-tzu e Júlio Cesar não perdem a atualidade no meio militar. Respeitando velhos princípios guerreiros, reproduzindo mesmo práticas tribais, o Estado engendra um instrumento de força sofisticado para atender a demandas da acirrada competição da era urbano-industrial.

Desde o século XIX, o exército moderno apresenta paulatinamente características universais, superpostas e combinadas, mais ou menos acentuadas segundo as diversas experiências históricas, sendo a primeira delas *a composição da tropa com soldados da nação*.

Na guerra, em qualquer tempo e lugar, o homem é o elemento fundamental e os combatentes são galvanizados por uma causa. O que mobiliza o combatente moderno é a *causa nacional* ou o que assim pode ser percebido. Na modernidade, os combatentes não são escravos, mercenários, representantes de castas, vassalos, criminosos, pobres sem arrimo, aventureiros, homens sem bandeira. A tropa moderna reúne cidadãos que, prestando *serviço militar*, portam direitos. O soldado moderno serve ao Estado, mas é remunerado, respeitado e precisa estar integrado numa comunidade ampliada, que se reconhece e é reconhecida. Esta comunidade é a nação. Frente à heterogeneidade e aos conflitos da sociedade urbano-industrial, um sentimento unificador, o sentimento patriótico, é imprescindível ao braço armado do Estado.

A modernidade é inconcebível sem a nação, entidade que estrutura a organização do sistema produtivo, as relações sócio-políticas e as identidades culturais. Sem nações, não haveria sentido falar em

relações internacionais, multilateralismo, cidadania, soberania, progresso e, obviamente, em *defesa nacional*.

Quando a nação entra em foco, as perguntas sem respostas são intermináveis. Por que, como, quando surge, se afirma e desaparece a nação? Trata-se de uma invenção do capitalismo? Por que anticapitalistas assumem sua defesa? Quem pode ser identificado como *construtor da nacionalidade*? O *nacionalismo* antecede a nação? Por que entidades multilaterais estimulam sentimentos nacionais? A nação tem seus dias contados por força da globalização e dos blocos regionais?

Nação é categoria histórica fácil de reconhecer, mas difícil de explicar; poetas e artistas a definem melhor que cientistas sociais. Considerar que é formada no compartilhamento de um *passado* ou *tradição comum* é insustentável: a memória é seletiva, a visão do passado é refeita no dia a dia, a tradição serve a intenções relativas ao futuro. Antropólogos e historiadores desvendam como os modernos inventam tradições, mas Renan, no século XIX, já estabelecia que a construção das nacionalidades demanda o *esquecimento* de certas experiências vividas.¹

A rigor, ainda não foi explicada a origem, o desenvolvimento e o destino da nação e do sentimento nacional. Entretanto, a partir de estudos respeitáveis, é possível estabelecer que a nação moderna se firma no correr do século XIX tendo como base a disseminação de um *sentimento comum*. Este sentimento é mais que manifestação gregária ou apego ao *torrão natal*; não surge espontaneamente, não resulta de *evolução natural* nem exprime origem étnica, convicção religiosa ou comunidade de língua; também não é inerente ao desenvolvimento sócio-econômico.²

¹ Ernest Renan, *Qu'est-ce qu' une nation?* Paris, Pocket, 1992.

² Entre os estudiosos mais respeitáveis cito: Benedict Anderson, *Imagined Communities*, reflections on the Oringin and Spread of Nationalism, Londres, Verso Editions and NBL, 1983; Reinhard Bendix, *Construção nacional e cidadania*, estudos de nossa ordem em mudança, São Paulo, EDUSP, 1996 ; Eric Hobsbawm, *Nation et nationalisme depuis 1780*, Paris, Gallimard, 1992. Miroslav Hroch, *Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa*, in “Um mapa da questão nacional”, org. Gopal Balakrishnan, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000 ; Ernest Gellner, *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e das classes*, in: Balakrishnan, op. cit.

É razoável estabelecer que o sentimento nacional seja uma percepção coletiva deliberadamente construída através de processos multifacetários sempre orientados pelo confronto com o que é assimilado como estrangeiro. As carnificinas modernas, sobretudo no Ocidente, ocorrem sob o signo da defesa de nacionalidades.

O sentimento nacional sublima diferenças, por antagônicas e explosivas que sejam, sendo indispensável à união da sociedade e poderoso o bastante para se sobrepor a vontades coletivas localizadas. Os que detêm ou querem o poder cultivam o sentimento nacional e, para muitos, o surgimento do Estado-nação é experiência sofrida, que contraria aspirações profundas e longamente acalentadas. Estados nacionais surgem, alteram fronteiras e desaparecem através de banhos de sangue; hinos nacionais exaltam a diferença com o estrangeiro e cultuam a agressividade.

A expressão da nacionalidade requer a incorporação do saber social que Elias chama de *habitus*. Esse saber é forjado no disciplinamento de indivíduos e no esforço de eliminação ou redução de vontades coletivas concorrentes. Elias e Balakrishnan vinculam estreitamente a guerra à estruturação do poder, da sociedade e da cultura. Elias afirma que, *até hoje, no desenvolvimento da Europa e, a bem dizer, da humanidade, um papel central tem sido desempenhado pelas lutas de eliminação entre grupos, estejam eles integrados como tribos ou Estados*. Balakrishnan, interrogando Anderson (*Imagined Communities*), segue no rumo: *é durante a guerra que a nação é imaginada como uma comunidade que incorpora grandes valores*.³

Mas o cultivo do sentimento nacional não envolve apenas as elites; os *de baixo*, diria Hobsbawm, também se envolvem em sua promoção. Os homens são impulsionados à busca de reconhecimento como membros de uma comunidade e, nos últimos séculos, a luta por direitos individuais e sociais é intimamente associada à criação da comunidade nacional.

A composição da tropa nacional e a formação de reservistas faz com que o militar se preocupe com aspectos tidos como da alçada

³ Norbert Elias, *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. p. 17; Gopal Balakrishnan, *op. cit.*, p. 220.

civil: o estado de espírito da população, o sistema de valores, o ensino básico, a disciplina coletiva, o controle estatístico, as condições sanitárias etc. O envolvimento em tais assuntos resulta da natureza da atividade militar. Atendo-se ao papel institucional a ele atribuído, o militar participa do jogo do poder, dos processos culturais e da formulação de políticas públicas. Na condição moderna, o exemplo mais radical de atuação *não militar* da força armada é a disseminação do *sentimento nacional*. Posto que a *defesa da nação* legitima a força armada moderna, disseminando esse sentimento, o militar não atua apenas em defesa da sociedade, mas também em causa própria.

O teor, a forma, a intensidade e o revestimento legal da participação militar na vida social variam conforme cada experiência histórica. Mas o fato de uma força armada respeitar regras estabelecidas indica apenas que sua intervenção é prevista e suportada pela ordem em vigor; no Estado moderno, militar *legalista* é aquele cuja atuação é formalmente admitida, regulamentada e controlada pelo poder estabelecido.

A segunda grande característica do exército moderno é sua *dependência do desenvolvimento científico-tecnológico, da indústria e da infraestrutura*. Apesar de, na guerra moderna, o homem persistir como elemento fundamental, a capacidade militar é definida pelo preparo técnico, pelo aperfeiçoamento e variedade dos recursos propiciados pelo desenvolvimento científico-tecnológico. A potência, o alcance e a precisão das armas, os instrumentos de observação, a logística, os transportes e as comunicações dependem de pesquisa, experimentos e capacidade industrial.

Entre os servidores do Estado, nenhum supera o militar em abertura de espírito para as novidades da ciência. O cientista *paisano* pode não gostar, mas o *desconhecido* justifica seu trabalho enquanto o *conhecido* garante a sobrevivência do militar. O exército moderno é destacado indutor de novidades; a perspectiva de conflitos impulsiona e orienta a inovação. Muitos cientistas, às vezes desavisados, trabalham em projetos militares; setores industriais de ponta têm no militar seu principal cliente. A *autonomia* da força militar traduz a capacidade das economias nacionais; reflete as possibili-

dades de produção intensiva, padronizada e em larga escala de engenhos, substâncias e equipamentos sofisticados. O campo de batalha é um diabólico laboratório de teste para cientistas, inventores e industriais. No século XX, as maiores renovações na produção industrial ocorrem justamente após os grandes conflitos.

Desde os tempos remotos, os guerreiros perseguem a ampliação do poder de fogo, a velocidade no deslocamento, a precisão, a eficiência. Na era moderna, essa busca obsessiva é revelada pela preocupação com o desenvolvimento industrial e com a eficácia dos meios de comunicação e transporte. Os programas de expansão da infra-estrutura são preocupações mezinhas do militar moderno. Na era industrial, a produção de armas é monopolizada e alimenta volumoso comércio internacional. Assim, um exército pode não refletir o desenvolvimento de quem o sustenta. Países com pouca capacidade tecnológica e industrial podem deter forças armadas equipadas com engenhos sofisticados. Isso ocorre em prejuízo da soberania do Estado, que terá um instrumento militar limitado, e das instituições, dado que seus oficiais tendem a se distinguir das elites, gerar tensões e a promover rupturas.

Mann conclui que, mais evoluído o Estado, melhor consegue *penetrar a sociedade civil e implementar logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio*; chama esta penetração de *poder infra-estrutural* e, entre as *técnicas logísticas* que permitem sua expressão, sublinha a *técnica militar*, que detém considerável capacidade de sobrepor-se ao Estado e inserir-se na dinâmica política.⁴

Mas os vínculos entre o desenvolvimento industrial, a política e a força militar não são bem perceptíveis durante a afirmação do Estado ocidental moderno. Giddens assinala que as duas grandes guerras mundiais, com seus *níveis totalmente inimagináveis de carnificina*, teriam tornado tais vínculos *completamente evidentes*.⁵

Como a guerra demanda também respeito a ensinamentos ancestrais, o militar moderno intriga o civil: revela apego a antigos valo-

4 Michael Mann, "O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados", in John Hall (org.), *Os Estados na história*, pp163-204.

5 Anthony Giddens, *O Estado-nação e a violência*, 248-250.

res, inventa e cultua *tradições* ao tempo em que busca a novidade ciente de que a obsolescência é sua ruína.

O comando baseado no planejamento, na formação profissional contínua e na promoção hierárquica regulamentada é a terceira característica do exército moderno. A complexidade crescente da guerra na era industrial demanda homens especialmente formados e treinados. O comandante moderno é preparado para pensar estrategicamente, sistematizar muitos dados, ter em conta cenários e recursos variados, planejar e executar atividades em *tempo de paz* e em *tempo de guerra*.

O exército moderno conta com profissionais qualificados e doutrinados de forma homogênea. A equipe de oficiais que conduz os negócios de uma unidade operacional é o *estado-maior*, que reúne os mais capazes e se dedica ao planejamento e controle de todos os aspectos da mobilização militar. As noções de hierarquia e comando centralizado inerentes às organizações militares desde a Antigüidade é revigorada, mas o voluntarismo do comandante é atenuado pela *especialização* e pela *divisão do trabalho* do estado-maior.

O preparo de guerreiros sempre foi decisivo, mas a guerra da era industrial requer o aprimoramento intelectual progressivo e contínuo dos oficiais, que integram a parte superior e permanente do efetivo militar. O oficial moderno, ao longo de sua vida profissional, se dedica aos estudos. De outro modo, seria impossível a absorção e o uso das novidades ininterruptamente produzidas pela ciência e pela indústria. O militar moderno está atento às novas teorias, tendências, engenhos e técnicas.

No exército moderno, o recrutamento de oficiais e a ascensão na carreira não são baseados na origem de classe, condição material ou apadrinhamento político, mas na capacitação técnica. Persiste a natureza de decisão política na promoção dos escalões superiores, mas o governante não pode ignorar o preparo técnico e o acatamento dos pares. As promoções são baseadas no mérito escolar e no exercício profissional cotidiano. Assim, o militar moderno não é impelido à defesa de interesses sociais delimitados ou aspirações localizadas; antes de tudo, tem vocação e preparo para servir ao

poder; quando promove rupturas, evita pôr em risco a corporação, que entende ser instituição permanente do Estado.

Outra característica do exército moderno é *autonomia operacional e o distanciamento do mundo civil*. A sua organização é baseada em grandes unidades, as brigadas e divisões, compostas de milhares de homens e variados aprestos, que devem estar prontas para deslocamentos, longas permanências e ser capazes de atuar de forma autônoma e combinada em diferentes *teatros de operação*. A seu comandante, em *tempo de paz* ou *tempo de guerra*, é conferido grande poder de decisão, mas está sujeito ao julgamento de pares que, baseados em regulamentos, podem determinar pesadas sanções. A personificação do comando sobrevive, mas é contida por normas: a corporação moderna é um complexo aparelho burocrático. A regulamentação minuciosa assegura o entrosamento operacional entre as unidades militares e reduz as chances de quebra da orientação do comando. Mas as normas rígidas e detalhadas convivem com códigos não escritos e práticas que alimentam a *camaradagem*. O respeito de pares e subordinados constitui patrimônio valioso para o militar moderno. A regulamentação e a impessoalidade não eliminam a troca de favores, gentilezas e cumplicidades.

A corporação militar moderna é mais distanciada do mundo civil que as que lhes precedem. Pesquisadores do chamado *berço da civilização ocidental* admitem a impossibilidade de distinguir o *político*, do *religioso* e do *militar*. Vernant sublinha que, na Grécia antiga, a guerra representa a normalidade nas relações entre as cidades-estados, não um domínio à parte, com instituições específicas, agentes especializados, ideologia e valores próprios⁶.

Entretanto, a mentalidade moderna vê a guerra como excepcionalidade ou mesmo aberração. Tal visão acompanha o estabelecimento de cortes entre o *religioso*, o *político*, o *econômico*, o *científico* e o *militar*. Essas segmentações, bem como as tentativas de regulamentar o comportamento de homens em combate, refletem a necessidade

⁶ Jean-Pierre Vernant, *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999, p. 32-33.

de camuflar o mal-estar provocado pela eliminação de vidas humanas. Pretendendo obscurecer sua proximidade com o primitivo, o moderno aceita o reducionismo embutido na frase de Clausewitz, de que a guerra seria a *continuação da política por outros meios*. Keegan observa que essa afirmação circunscreve o fenômeno ao tempo histórico de seu autor, condiciona a guerra ao estabelecimento de *relações políticas*, a atitudes assimiladas como *racionais*, deixando pouca possibilidade de autodeterminação ao elemento que combate.⁷

Outra formulação, menos conhecida, de Clausewitz, de que a guerra seria *um ato de violência destinado a forçar o adversário a executar nossa vontade*, torna menos simplória a percepção da guerra. Aron demonstra como essa formulação absorve os três conceitos maiores de Clausewitz: a *violência*, ou *impulso natural cego*; o *objetivo*, determinado pelo *jogo da probabilidade e do acaso*, formadores da *livre atividade da alma*, e a *finalidade última*, resultante do *puro entendimento*.⁸

A guerra não é uma mera continuação da política porque a vontade coletiva reflete necessidades que não podem ser tidas como objetivos políticos; aos homens ocorrem impulsos naturais cegos, não apenas atitudes racionais. Mais que prova de força entre Estados, nações, partidos ou classes sociais, a guerra confronta vontades de coletivos; sua ocorrência transcende o ambiente de Clausewitz, é imemorial, não respeita codificações inerentes ao que o moderno designa como *política*.

O militar contribui para formar sentimentos, impulsiona a ciência, a economia e influencia políticas públicas. Marcas da modernidade como o monopólio da riqueza, do saber e do poder, a noção de cidadania, seriam impensáveis sem o militar. Envolvido em disputas por mercados, vontades dominadoras ou libertárias, o militar efetiva os banhos de sangue que resultam em mudanças sociais e desenham incessantemente o mapa político mundial.

⁷ John Keegan, em *Uma história da guerra*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 19. O autor chama a atenção para a sutileza e complexidade dos termos de Clausewitz: o pensador prussiano teria se referido a guerra como a continuação das relações políticas com a *entremistura de outros meios*.

⁸ Raymond Aron, *Pensar a guerra*, Clausewitz, Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 104.

Na modernidade, a organização de grandes unidades, a formação padronizada, a hierarquia infensa a determinações externas, a regulamentação, os tribunais específicos *fecham* a corporação militar. O Exército se torna insondável para o civil e seu integrante percebe a vida fora dos quartéis com ótica particular. Mesmo distanciado da sociedade, o militar moderno interfere em assuntos *não-militares* e não pode descuidar de seu provedor, o coletivo nacional.

A transformação do Exército brasileiro

A intenção de organizar um exército moderno no Brasil é manifestada ao longo do século XIX, em particular após a Guerra do Paraguai. Mas as iniciativas de maior alcance nesse sentido começam no início do século XX, com Afonso Pena (1906-1909), um mineiro premido pelo poderio crescente de oligarcas paulistas que, buscando a hegemonia política e as atenções federais, mostram-se pouco sensíveis às complexas e variadas dimensões do processo formador da unidade nacional.

A força desses oligarcas se revela notadamente através da imposição do Acordo de Taubaté, pelo qual todo o país arcaria com os prejuízos da cafeicultura em crise de superprodução. A modernização da polícia estadual, acelerada desde 1906 sob orientação de profissionais franceses, põe sob o comando dos oligarcas do café um *pequeno exército* capaz de enfrentar com êxito as armas federais. Não haveria sinal mais evidente do acirramento da disputa pelo exercício da hegemonia no país.

Afonso Pena revela experiência em questões militares e em empreendimentos estratégicos. Ainda sob a Monarquia, comanda o ministério da Guerra e, governando posteriormente Minas Gerais, transfere a capital para Belo Horizonte. Para garantir a autoridade federal, projeta modernizar o Exército e nomeia o general Hermes da Fonseca, oficial sem vínculos com interesses regionais, para o ministério da Guerra.

O General, oriundo de importante família de militares, disposto a mudanças, tenta implementar o serviço militar obrigatório enfren-

tando grande oposição. A população, lembrando os horrores do recrutamento à laço, tinha motivos para repelir as fileiras: os baixos salários, as punições degradantes, as instalações precárias.

Paralelamente, Hermes envia jovens oficiais para estagiar no exército alemão e negocia a vinda de uma missão militar estrangeira. Na época, as grandes potências, carecendo de mercado para viabilizar a produção em escala de suas indústrias bélicas, disputam freneticamente contratos para modernizar exércitos de países sem indústria desenvolvida. De retorno ao Brasil, os ex-estagiários no Exército alemão, conhecidos como *jovens turcos*, desenvolvem grande atividade: organizam a revista *A Defesa Nacional* em 1913, tentam introduzir mudanças no ensino militar (através de uma *Missão Indígena*), nas regras de promoção e defendem com ardor a campanha pelo serviço militar obrigatório.

A França, após a derrota da Alemanha em 1918, ganha o contrato para modernizar o Exército brasileiro. Pandiá Calógeras, um civil nomeado ministro da Guerra, é o negociador do lado brasileiro.

As equipes comandadas pelos generais Maurice Gamelin (1920-1924), Frédéric Coffec (1925-1927), Joseph Spire (1927-1930), Charles Huntziger (1931-1933), Jacques Baudouin (1933-1935), Paul Noël (1935-1938) e Chadebec de Lavallade (1938-1939), acompanhadas passo a passo pelo Estado-Maior do Exército francês, transformam o Exército brasileiro. O recrutamento obrigatório, objeto de lei desde 1873, quando o duque de Caxias assumia pela terceira vez o Ministério da Guerra, é finalmente implementado e a instituição passa a dispor de contingentes de reservistas preparados. A Corporação ganha novas armas e equipamentos, inclusive o mais espetacular instrumento bélico até a invenção da bomba atômica, o avião, símbolo do avanço técnico-científico e da modernidade guerreira. O ensino militar é completamente reformulado; surgem muitas escolas especializadas que superam definitivamente as enraizadas tendências academicistas da formação profissional e introduzem disciplinas de interesse técnico.

Nesse período, quando o País sequer dispunha de universidades, é consagrado o princípio da formação contínua dos oficiais. O sistema de *pós-graduação militar* antecede de muitas décadas o do mun-

do civil. Militares franceses introduzem renovações na medicina e na veterinária; formam geógrafos e cartógrafos, unificando os trabalhos nessas especialidades; revelam a importância dos estudos demográficos e do planejamento da infra-estrutura de transporte; desenvolvem o interesse pela química e pela metalurgia visando à produção de armamento e munição; introduzem os procedimentos estatísticos, sem os quais o serviço militar obrigatório seria inviável; organizam a aviação do Exército e orientam as primeiras regulamentações da aviação civil; ensinam os princípios administrativos modernos e interferem no envio de acadêmicos franceses fundamentais à criação da Universidade de São Paulo.

Os regulamentos elaborados sob orientação francesa alteram as normas disciplinares herdadas do período colonial, incompatíveis com noções de cidadania e nacionalidade; novas normas definem a promoção hierárquica pelo reconhecimento do mérito, o treinamento da tropa, o cotidiano nos quartéis. Ocorre uma profunda reorganização estrutural: desaparecem os pequenos destacamentos isolados, as unidades desconexas, entrosadas na vida comunitária e surgem as *grandes unidades* segundo os ensinamentos propiciados pela Guerra Mundial. Os oficiais aprendem a planejar e comandar *grandes manobras*, exercícios de emprego combinado de tropas simulando operações de guerra.

Com apoio francês, o Exército se torna indiscutivelmente o principal instrumento de força do Estado. As mudanças continuam, obviamente, após o retorno dos franceses: moderna, a Corporação se mostra visceralmente sedenta das novidades oferecidas pela frenética corrida armamentista cujo teor macabro se revelaria na Segunda Guerra Mundial. Frente ao porte dessas transformações, já em 1926, os *jovens turcos*, ex-estagiários do Exército alemão e que, antes dos franceses se notabilizam pela defesa da modernização corporativa, consideram que o *velho Exército*, com sua forma de organização *miliciano*, estaria *em retirada*, enquanto o *novo Exército* avançaria *à força do exemplo de seus sonhadores irredutíveis*.⁹

⁹ “A Defesa Nacional”, N. 149-150, maio-junho, 1926.

O general Justino Alves Bastos, em julgamento *a posteriori*, percebe o alcance das mudanças verificadas. Ex-discípulo dos *jovens turcos*, o General conclui que a Missão Francesa teria servido *valiosamente o Brasil* agindo sobre os *órgãos de comando, os chefes, os oficiais de Estado-Maior, os majores e capitães*, através de cursos e manobras. Para o General, a Missão teria dado ao Exército o *conhecimento objetivo de uma doutrina militar eficientíssima* e uniformizado o *método de raciocínio tático de chefes e subordinados*.¹⁰

Mascarenhas de Moraes é provavelmente o oficial em melhores condições para avaliar a transfiguração do Exército entre as duas guerras mundiais. Ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha em 1902, conhece de perto a velha Corporação profissional, a ociosidade nos quartéis, as especulações filosóficas à moda do século XIX, as preocupações mais dirigidas para intervenções internas que para o possível enfrentamento com o estrangeiro, o despreparo técnico de oficiais que não fazem idéia de como funciona um órgão especializado como o estado-maior, os comandantes que permitem acintosamente a degola de prisioneiros, a falta de *unidade de doutrina*, a disputa interna entre *tarimbeiros* (oficiais sem formação acadêmica) e *doutores* (formados na Escola Militar), as querelas interesseiras entre *germanófilos* e *francófilos*, as relações fortemente paternas entre comandantes e comandados, as promoções por apadrinhamento político, as instalações precárias, os armamentos obsoletos, os efetivos sempre incompletos, as unidades fantasmas, o analfabetismo entre soldados malnutridos, desdentados, verminosos e arruaceiros, a disciplina na base da chibata.

Mascarenhas acompanha de perto a transformação do Exército: apóia os esforços para implantar o serviço militar obrigatório, segue entusiasmado os *jovens turcos* e a *Missão Indígena*, obtém *très bien* nos cursos dos franceses; assiste às turbulências tenentistas alimentadas pelas profundas clivagens entre os oficiais e pelo *engarramento* das promoções hierárquicas; comanda importantes guarnições, vê sua corporação se tornar forte o bastante para der-

¹⁰ Joaquim Justino Alves Bastos, *Encontro com o tempo*, Porto Alegre, Editora Globo, 1965, p. 25.

rotar qualquer força policial-militar organizada por governos estaduais e repelir a ingerência de civis em seus negócios internos. Organiza e comanda a força expedicionária enviada à Itália em 1944-1945, quando tropas brasileiras, integrando o V Exército dos Estados Unidos e usando equipamento norte-americano, enfrentam com desempenho razoável o que havia de mais moderno em termos de organização militar no mundo para voltar ao país sob aplausos, reconhecidas como forças da pátria. O Marechal, que assistira à desenfreada busca dos tenentes pela legenda heróica, sente na pele o valor simbólico que porta um comandante militar provado no campo de batalha: vê sua possível candidatura a presidente da República sabotada por seus camaradas que não foram a guerra. Em suas *Memórias*, Mascarenhas de Moraes reconhece a grande mudança promovida pelos instrutores franceses no Exército a partir de 1919 e admite, discretamente, mas sem margem a equívocos, a incapacidade dos oficiais brasileiros de conduzir sua modernização. Mascarenhas considera que o *estágio de oficiais nos exércitos estrangeiros não poderia ser a solução aconselhada para o aperfeiçoamento de nosso Exército* e conclui que, para isso, *impunha-se uma missão militar estrangeira de reconhecida autoridade profissional e perfeita unidade de ação*.¹¹

É fácil encontrar alusões às mudanças vividas pelo Exército e ao papel exercido pelos estrangeiros; outra coisa é mensurar sua extensão e estabelecer associações razoáveis com a postura dos militares brasileiros.

A maioria dos oficiais que se destacam na vida política brasileira desde a Primeira República, a despeito de suas opções político-ideológicas e da simpatia que manifestem por modelos militares estrangeiros, é composta de alunos atentos das escolas organizadas pelos franceses. *Revoltosos* ou *insubordinados* como Carlos Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Landri Sales, Eduardo Gomes, Odylio Denys; *disciplinados* ou *legalistas de ocasião* como Eurico Dutra, Góes Monteiro, Humberto

¹¹ Mascarenhas de Moraes, *Memórias*, Biblioteca do Exército/José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 1969, p.57.

de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Justino Alves Bastos, Garrastazu Médici, Golbery do Couto e Silva, Adalberto Pereira dos Santos, Orlando e Ernesto Geisel, todos aprendem com os franceses.

A literatura registra a influência norte-americana durante e após a Segunda Guerra e sublinha o apoio dos Estados Unidos ao golpe de 1964. Mas não são os norte-americanos os responsáveis pelas grandes mudanças orgânicas e pela definição das bases doutrinárias do Exército. Aliás, o próprio Exército norte-americano, também com tradição de luta interna, recebera, em seu tempo, instrutores franceses. Entre os oficiais brasileiros informados, o temor à revolução socialista está presente já no século XIX; as preocupações com o *inimigo interno* e a idéia de construir a *grande potência* são moedas correntes entre a maioria dos oficiais bem antes da *guerra fria*. O teórico militar brasileiro mais conhecido no século XX, Golbery do Couto e Silva, apóia-se fundamentalmente em autores de antes da Segunda Guerra. Em 1964, oficiais brasileiros ainda se baseavam em autores franceses para suas formulações doutrinárias.

O Exército brasileiro é modernizado por uma potência européia ainda na Primeira República. Nesta época, é inaugurada uma prática marcante, ainda em vigor: a compra de armamento sucateado e reconicionado. Os aportes norte-americanos ao pensamento militar brasileiro, na verdade, representam adaptações do papel das Forças Armadas às conjunturas do pós-Guerra, quando a correlação de forças internacional muda radicalmente, as fábricas norte-americanas se tornam as principais fornecedoras para as forças armadas latino-americanas e os Estados Unidos assumem a *defesa* militar do Continente. Provavelmente, a alteração mais significativa provocada pelos aportes norte-americanos é o abrandamento de velhas tensões na América do Sul. Para vender armas, os europeus haviam incentivado a disputa entre vizinhos, sendo a Argentina a potência tida como ameaça imaginária ao Brasil. A guerra fria, privilegiando a noção de *inimigo interno*, favorece o abrandamento da rivalidade na América do Sul e permite certa colaboração entre os governos.

Como explicar que a emergência do *novo Exército* escape aos analis-tas do processo político brasileiro, inclusive os mais atentos à componente militar? O descaso no estudo do aparelho de força do Estado e a dificuldade de acesso a corporações que nunca se mostram abertamente aos de fora certamente contribui para isto. A tendência de contrapor a operosidade do Estado Novo à postura dos governantes da República Velha, vista como um tempo em que a aspiração à mudança é negada, também ajuda a encobrir a emergência do *novo Exército*.

O *lapso* resulta ainda de um esforço instintivo, mal assumido, de *nobilitar* a modernização do país destacando o papel de civis em detrimento da atuação dos militares. É fácil aceitar que o civil manobre o soldado; o contrário sempre parece improvável. Muitos estudiosos, quando não ignoram, menosprezam a transfiguração do Exército entre as duas guerras mundiais; não têm em conta a capacidade intelectual dos oficiais. Boris Fausto, num texto sobre o pensamento nacionalista autoritário da República Velha, considera que *os militares – dada à natureza da instituição de que fazem parte – pouco teorizam sobre os “males do Brasil” e suas soluções.*¹²

Os oficiais brasileiros podem não ter produzido ensaios que a moda acadêmica privilegia como objeto de pesquisa. Mas, *dada à natureza da instituição* que integram, antecedem e inspiram muitos intelectuais civis; difundindo idéias através dos mais variados recursos, influenciam e condicionam fortemente as iniciativas reformistas dos governantes. O costumeiro realce dos atributos pessoais de Getúlio Vargas obscurece a influência dos oficiais e suas responsabilidades nas práticas do Estado Novo. Ao salientar o seu descortínio, sua personalidade forte, sua legendária habilidade política, os autores tornam inadmissível que tenha sido orientado por homens fardados, tidos como incapazes de teorizar os *males do Brasil* e de estabelecer projetos de largo alcance. Mesmo a percepção de algo elementar, como o fato de Getúlio dever o cargo ao Exército e à Marinha, fica prejudicada: como o governante não in-

¹² Boris Fausto, *O pensamento nacionalista autoritário*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 63.

tegra corporações militares, o regime político que personifica não é visto como uma *ditadura militar*.

O *lapso* também deve ser creditado aos oficiais do Exército: apresentando-se como inquestionáveis *apóstolos da pátria*, expressão usada por Caetano de Faria na campanha pelo serviço militar obrigatório; sempre justificando suas intervenções políticas como necessárias à defesa da nação e buscando exercer o monopólio do patriotismo, o militar brasileiro tem dificuldade em admitir a decisiva participação estrangeira na montagem de sua corporação. Mas, para compreender o que ocorre no país desde 1930, não cabe eludir a grande mudança verificada no Exército sob orientação européia.

Repercussões da mudança

O mais importante efeito da modernização do Exército é a limitação da soberania do Estado que, para operar seu braço armado, passa a depender do fornecimento externo fortemente monopolizado. Outra importante conseqüência da modernização é o descompasso que se estabelece entre a Corporação e a realidade brasileira: seria impossível, num país *atrasado*, o uso adequado de equipamentos e técnicas desenvolvidas em países industrializados; sem metalurgia, estradas, pontes, ferrovias, energia elétrica, escolas, universidades, centros de pesquisa, estatísticas e mapas seria insustentável manter uma organização militar moderna.

Nos cursos organizados pelos franceses, os oficiais brasileiros sistematizam seus pontos de vista segundo o prisma da modernidade militar. A alta hierarquia do *novo Exército*, desde 1928, quando o presidente Washington Luís nomeia o general Nestor Sezefredo Passos ministro da Guerra, passa a ser composta majoritariamente de oficiais formados pelos franceses. Já então, muitos oficiais brasileiros compreendem plenamente a relação estreita entre a eficiência militar, as condições sócio-econômicas, a formação do sentimento patriótico e o fortalecimento do poder do Estado.

Para esta geração de militares, a conquista do mando político torna-se indispensável à redução do desencontro entre o país e o ins-

trumento de força do Estado. Cientes de que a Corporação não mais viveria sem a absorção permanente das novidades em material de guerra, os oficiais se empenham em assegurar as bases para o desenvolvimento capitalista. Não integram mais uma instituição pouco audível demandando, atabalhoada, por reformas, acuada por pequenos exércitos estaduais, mas uma força capaz de pensar políticas públicas, redesenhar o aparelho de Estado e exercer o seu controle. Entre os comandantes que proclamam a República e os que promovem a Revolução de 1930 há uma formidável distância: estes têm outra mentalidade, são habituados ao estudo, pensam de forma sistemática as questões nacionais, encaram um país menos abstrato que o dos velhos intelectuais positivistas e conduzem um aparelho militar capaz de impor seus desígnios no âmbito interno. Menosprezando a capacidade intelectual dos oficiais, desconsiderando a emergência do *novo Exército*, intérpretes do processo político brasileiro deixam de captar o teor reformista que a corporação assume e percebem de forma limitada sua influência sobre as forças sociais que disputam a hegemonia política. À margem de discussões conceituais, da composição social do movimento de 1930 e mesmo de seus desdobramentos, caberia ter em conta que é o militar quem viabiliza de fato a quebra do regime. É evidente o peso dos oficiais entre os que conduzem as iniciativas modernizadoras verificadas desde então. Tanto em 1930 quanto em 1937 e 1964, o fato de os oficiais chegarem ao poder sem *programa de governo* em absoluto indica que não sabem o que pretendem para o país; frente a civis que tomam como incapazes de empreender mudanças que julgam necessárias, assumem a missão: a seu modo, à *pranchadas*, diria Euclides da Cunha, promovem a modernidade. No que diz respeito ao pacto federativo, o resultado mais evidente da modernização do Exército é a possibilidade de afirmação da autoridade do governo federal. Nenhuma oligarquia estadual disporia mais de força bastante para submeter o Exército. Em 1932, as elites paulistas empreendem mobilização guerreira de amplitude até então desconhecida no país mas, em poucos meses, são derrotadas pelo braço armado da Federação. Perdedoras, resta-lhes apresentar sua aventura como luta em defesa da democracia.

Em 1939, quando oficiais prodigalizam manifestações de simpatia ao Eixo, Góes Monteiro, chefe do estado-maior do Exército, afirma que *a guerra moderna era uma contenda de usinas e técnicos destruidores a serviço de uma vontade única*.¹³

Por *vontade única*, o general designa o querer de uma comunidade supostamente coesa através do sentimento nacional. Góes Monteiro traduz rigorosamente a modernidade militar, expressa a natureza e a dinâmica do conflito mundial anunciado. Como o país dispõe de poucas fábricas, pouco técnicos e não revela *vontade única*, sob o Estado Novo, os militares se imaginam rompendo os obstáculos para o desenvolvimento do país. A listagem de suas realizações seria longa, mas um trecho de documento do Ministério da Guerra ilustra sua capacidade de induzir novidades e seu estado de espírito:

*O Exército exigiu, para matrícula na Escola Militar, jovens que muito se aproximam da perfeição física, e a juventude nacional procurou restaurar sua saúde e desenvolver seus músculos, de tal forma que diminue, de ano para ano, a percentagem dos que são rejeitados por insuficiência física. O Exército exigiu como matéria-prima em seus estabelecimentos fabris um aço em condições de ser usado com vantagem na confecção de seu aparelhamento bélico, e esse aço surgiu de nossa terra, tão puro, que nunca mais o recusaram em nossos arsenais. O Exército exigiu cavalos possantes e ágeis para suas armas montadas e, em pouco tempo, começou a aparecer um novo rebanho equino, ao mesmo tempo em que a terra se cobria de pastagens verdejantes e substanciosas.*¹⁴

Quem poderia exigir do Estado Novo senão seus sustentáculos? Em 1945, os militares acatam em meios-termos a democratização, mas não abandonam a vontade de conduzir o país. Em seu discurso de

¹³ Arquivo de Gustavo Capanema, CPDOC/FGV. Peças do arquivo foram organizadas para publicação por S. Schwartzman, *Estado Novo, um auto-retrato*, Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

¹⁴ A declaração consta do já citado arquivo de Gustavo Capanema.

posse no Clube Militar, em 1949, o general Estilac Leal, como quem tem a pátria sob seus cuidados, orienta governantes:

A sobrevivência da nacionalidade exige de seus estadistas e chefes atitudes másculas, corajosas e firmes; respeito às leis e instituições fortalecidas pelo trabalho pertinaz e desambicioso, só recompensado pela consciência do dever cumprido; exemplo de amor à causa pública e ao povo, assegurando-lhe tranqüilidade para o trabalho fecundo e existência digna; veneração às passadas gerações que conquistaram e entregaram às atuais a imensa base física da Pátria; a solução justa e honesta dos problemas fundamentais da República, cuidando da eficiente defesa de sua soberania pela criação dum Exército, duma Força Aérea e duma Marinha poderosa, com sua retaguarda assentada em adequada e intensiva industrialização; o combate às pretensões imperialistas de domínio econômico e político; a proscrição da cizânia do seio da gente brasileira, afinando os espíritos por meio da educação, da cultura, da tolerância e da compreensão e, finalmente, a preservação daquela “unidade moral” de que fala Laménais, na qual se penetram e confundem os indivíduos, na fusão voluntária de todos os interesses, de todas as vidas numa só vida, eternamente durável.¹⁵

Além de conturbar o processo político-eleitoral nas décadas seguintes com *ultimatuns* a presidentes e insistentes conspirações, os militares fixam, em ambientes fechados, com ótica própria, rumos para o desenvolvimento do Brasil. Sob regime democrático, inspiram, quando não dirigem, iniciativas estratégicas, como a criação da Petrobras, da Eletrobras, do programa nuclear e do CNPq. Os oficiais não passam em branco o período hoje aceito como os *anos dourados* da democracia e do desenvolvimento. Para governar, Juscelino Kubitschek concilia interesses, explora a imagem de administrador eficaz e risonho e endossa antigas proposições dos militares: na convenção partidária que o escolhe candidato, anun-

¹⁵ Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, *Getúlio Vargas: a 2a. Deposição*, 3a. Parte, 1946-1954. col. “Os Presidentes”, São Paulo, Grupo de Comunicação Três, 1983-1984, p. 37.

cia como primeiro ponto de seu programa: *tornar mais sólida e vigorosa a segurança nacional*.¹⁶

Juscelino, cujo despertar político ocorre em 1932, quando, como capitão-médico da Força Pública de Minas, participa de operações militares da serra da Mantiqueira, aproxima-se de oficiais que exerceriam o mando no país. Como prefeito de Belo Horizonte, urbaniza a Pampulha no espírito da *brasilidade* modernista e, eleito governador com o apoio do general Eurico Dutra, amplia a oferta de energia elétrica e constrói estradas; presidente da República, favorece a industrialização e a *ocupação racional* do território; constrói a nova sede do governo, aproxima a Amazônia e desloca trabalhadores nordestinos para as terras úmidas do Maranhão, argumentando que os antagonismos da zona semi-árida poriam em risco a Nação.

Os militares não chegam de improviso, sem propósitos maiores, ao golpe de 1964. Certamente, mais uma vez, não têm um programa de governo adrede preparado, não imaginam por quanto tempo dariam as cartas nem as inflexões a que estariam obrigados tendo em vista a dinâmica da situação internacional, a postura dos brasileiros e as disputas em suas próprias fileiras. Entretanto, durante a longa ditadura, têm clareza quanto ao que pretendem. Para desconcerto de muitos, implementam diretrizes modernizadoras sistematizadas paulatinamente desde os últimos anos da República Velha e resumidas, no curso do regime de 1964, no binômio *segurança e desenvolvimento*. A percepção de que é necessário desenvolver o país para garantir sua segurança reafirma idéias assentadas desde a emergência do *novo exército*.

A segurança, no caso, seria garantida pelo aniquilamento ou a redução dos que, de alguma forma, atrapalham a realização dos *objetivos permanentes da nação*. Subjacente a fixação destes objetivos está a idéia da *vontade única* que empolga Góes Monteiro durante o Estado Novo e a *fusão voluntária de todos os interesses* que orienta o discurso de Estilac Leal sob regime democrático. O inimigo atuaria de maneira oculta ou ostensiva no território nacional, podendo ser

¹⁶ Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, *Juscelino Kubitschek, 1955-1960*. col. "Os Presidentes", São Paulo, Grupo de Comunicação Três, 1983-1984.

inclusive da elite empresarial que originalmente empresta apoio ao golpe de Estado. Mas poderia também vestir a pele do capitalista internacional ganancioso e descontente com a perspectiva de afirmação do país como *grande potência*.

Ao longo de duas décadas, os militares reformam o sistema fiscal e incentivam o investimento externo; ampliam a oferta de energia elétrica, álcool carburante e combustível fóssil; assinam dispendioso acordo nuclear com a Alemanha, apóiam pesquisas científicas, expandem o sistema universitário, desenvolvem a pós-graduação, promovem a absorção de tecnologias de ponta e inserem o país na incômoda lista dos maiores vendedores de material bélico; decretam a extensão da plataforma continental, rompem acordo militar com os Estados Unidos e garantem ritmo acelerado ao que chamam de *integração nacional* com investimentos no sistema de transporte e comunicação; construindo grandes estádios, ajudam o futebol a se firmar como marca nacional; favorecem a ocupação da Amazônia abrindo estradas e campos de pouso, implantando colônias agrícolas e permitindo a apropriação privada de extensas glebas; através da Zona Franca de Manaus, antecedem em décadas a abertura ao comércio internacional.

Em 1969, enquanto endurecem a repressão, facilitam a reforma agrária suprimindo a indenização prévia das desapropriações de terra por interesse social; estabelecem o rito sumário de 48 horas para julgamento de petições expropriatórias e introduzem o valor declarado no imposto territorial para o pagamento das indenizações. No plano legal, em 1971, golpeiam a sonegação fiscal do latifúndio unindo, no INCRA, instituições voltadas para o desenvolvimento agrário. Mas, evitando o confronto com latifundiários, desenvolvem programas de colonização e de intervenções no sistema fundiário incapazes de deter a concentração da propriedade da terra; fomentam mudanças na agricultura e estendem direitos previdenciários ao homem do campo. No Nordeste, com apoio de agências multilaterais, dedicam-se a um *planejamento regional* ineficiente para reduzir as desigualdades espaciais do capitalismo e a penúria, mas eficaz quanto à diversificação das atividades econômicas e à emergência de um setor empresarial moderno.

Durante a ditadura, a economia brasileira é modernizada, a produção industrial supera a produção agrícola e a população urbana ultrapassa a população rural. O país torna-se mais dependente de importações, a dívida externa fica sem controle e o fosso que o separa dos países ricos se aprofunda.

A atuação dos militares intriga por sua amplitude; ultrapassa largamente o que o senso comum admite como assuntos militares. É plena de paradoxos aparentes, refletidos em tensões como a vontade de transformar o país e a tendência de manter a ordem social iníqua; a disseminação do sentimento nacional e a preservação ou mesmo o aprofundamento de segmentações sociais e espaciais; a intenção entre a valorizar a *brasilidade* e a tendência de monopolização do sentimento patriótico; a afirmação de soberania e a subordinação a potências estrangeiras.

O aspecto mais intrigante da atuação dos militares é a forma como concebem a defesa nacional e a *construção da potência*; proclamações em defesa do país convivem com o atrelamento aos sistemas de segurança de nações hegemônicas. Nenhum outro elemento da vida brasileira fala tanto em defesa da pátria quanto o militar; nenhum outro mantém dependência tão estrita do saber técnico, da produção industrial e do aparato bélico estrangeiro. Sem o aporte estrangeiro, a força brasileira não teria expressão; não disporia de armas e equipamentos para impor respeito ao mais frágil dos vizinhos que contasse com fornecedores externos. Em sua concepção de defesa não é perceptível um possível confronto com potências estrangeiras interessadas nas riquezas do país; é uma defesa que não garante voz de peso no cenário internacional.

Conclusão

Os paradoxos da atuação dos militares são aparentes porque modernização não é corolário de sociedade justa, harmônica, pacífica e soberana. A modernidade é um ambiente de grandes realizações e incontáveis sofrimentos. Por isso, os que tentam caracterizar a atuação dos militares costumam apelar para um oxímoro pouco esclarecedor, a expressão *modernização conservadora*.

O Brasil, como o mundo, vive a expectativa de grandes mudanças. É hora de projetar o futuro, de assentar um *projeto nacional*. Isso não pode ocorrer ignorando o papel histórico do militar; cabe incluí-lo nas conjeturas e projeções do futuro. A democracia fica sob risco quando a sociedade ignora seus elementos fardados e não está prevista a data em que a força das armas deixará de fazer parte de nossas vidas.

A defesa e a segurança nacionais devem corresponder aos anseios brasileiros de desenvolvimento, democracia e soberania. Os assuntos em pauta, neste sentido, são inumeráveis. Que *inimigos* devem ser combatidos prioritariamente? Que alianças externas devem ser estabelecidas? De que tipo de força armada carece o Estado brasileiro? Que papel deve cumprir o cidadão neste domínio? O serviço militar deve permanecer obrigatório? O país deve priorizar a autonomia em equipamento militar? Como os cientistas e industriais devem participar da defesa nacional? De que formato de escola militar e de ensino militar o país precisa?

Esses temas são demasiado importantes, não podem ser cativos de fóruns restritos. Cabe aos brasileiros o estabelecimento dos chamados *objetivos permanentes da nação*, não à Escola Superior de Guerra, por ilustres que sejam seus convidados civis. Não faz sentido a sociedade civil persistir na ignorância quanto aos negócios militares; os brasileiros precisam incluir o militar em seus debates sobre o destino do país. Até quando as corporações e os negócios militares permanecerão, aos olhos do cidadão comum, grandes caixas pretas?

No momento, o grande desafio na concepção de uma nova defesa nacional para o Brasil é quebrar antigas muralhas e estabelecer amplas e efetivas possibilidades de diálogo do pensamento civil com os membros de corporações que já mostraram à sociedade sua capacidade de interferir nos rumos do país. ■

Acerca da modernização do Exército

Manuel Domingos

Resumo

Neste texto, levando em conta as principais características do aparelho militar moderno, descrevo o processo de modernização do Exército brasileiro. Sustento que esse processo ocorreu essencialmente na Primeira República. Apresento em seguida as conseqüências mais significativas da modernização do Exército brasileiro. Este texto reúne elementos de um trabalho mais amplo, ainda não publicado, sobre a maior e mais influente corporação militar brasileira.

Palavras-chave

militar, modernização, exército brasileiro.

Abstract

In this paper, considering the main features of the modern military complex, first, I describe the modernization process of the Brazilian Army. I argue that this process took place mainly during the First Republic (1889-1930). Next, I present the most significant consequences of the Brazilian Army modernization. This paper brings elements of a broader study, not yet published, on the bigger and most influent military corporation at Brazil.

Key-words

military, modernization, Brazilian Army.